

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

GDOC nº 10939/2025

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade o Registro de preço para futura e eventual **Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de obras de infraestrutura e urbana, principalmente drenagem profunda, revestimento primário e serviços de recuperação, manutenção e limpeza de canais, vias e espaços públicos, aplicando gestão de resíduos e serviços ambientais, que atendam às necessidades do município de Belém/PA,** conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se o atendimento deste processo licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA**, em forma **eletrônica**, seguindo as diretrizes do art. 6 da lei 14.133 e com a utilização do Sistema de Registro de Preços, com o fundamento legal art. 78, IV, da Lei Federal nº 14.133, adotando o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** e o modo de disputa **ABERTO**, para atender a contratação de empresa.

2.2. A demanda decorre da necessidade de mitigar os impactos causados por alagamentos, acúmulo de resíduos sólidos, degradação de vias e espaços públicos, e da urgência em garantir a salubridade, mobilidade e segurança da população, especialmente em áreas críticas do município.

2.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns e especiais de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025.

2.4. A execução do objeto dar-se-á sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os serviços serão executados de forma eventual e sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, com quantitativos estimativos, sendo o pagamento vinculado às medições dos serviços efetivamente executados, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. [2.1] A descrição da solução como um todo também se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.5.2. A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no termo de referência e com os preços do **SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil**, que é uma tabela muito utilizada no orçamento de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo **IBGE**, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Além disso, são utilizadas outras fontes oficiais de pesquisa de preços, como, da **SEDOP** e **SICRO NOVO**.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Os objetos desta contratação deverão observar rigorosamente as especificações técnicas constantes no Anexo I-A do presente Termo de Referência e as especificações detalhadas nos itens de execução de serviços.

4. ESTIMATIVA DE CUSTO/DOTAÇÃO

4.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 67.843.143,90 (sessenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e três mil, cento e quarenta e três reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários

postos na planilha em anexo.

5. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A proponente deverá na ocasião da apresentação da proposta:

5.1.1. Indicar o valor total da proposta, em algarismo e por extenso, já incluídas todas e quaisquer despesas tais como frete, taxas e impostos, transporte, inclusive o desembaraço alfandegário, dentre outras, observadas as isenções previstas na legislação, com cotações em moeda corrente nacional e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

5.1.2. Apresentar proposta de preços e documentações de forma clara e detalhada, citando especificações e descrição do objeto;

5.1.3. Após a fase de lances, os licitantes que apresentaram ofertas com valores dentro do limite estabelecido para o valor estimado deverão, quando formalmente convocados pelo pregoeiro, submeter suas propostas para análise e posterior julgamento e classificação. Indicar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua apresentação;

5.2. Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido.

6. EMPRESAS EM CONSÓRCIO

6.1. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.2. Será permitida a participação de licitantes na forma de consórcio, desde que este seja composto por, **no máximo, 3 (três) empresas**. A limitação tem respaldo no art. 15, §4º da Lei nº 14.133/2021 e encontra-se motivada pelos seguintes fundamentos: o objeto desta contratação trata da pavimentação, manutenção e recuperação de vias urbanas em ambiente consolidado, cuja paralisação ou execução inadequada pode gerar prejuízos imensuráveis à população, tais como: interrupções no tráfego urbano; riscos à segurança viária e à saúde pública; comprometimento da mobilidade local e atividades econômicas; a limitação visa preservar a clareza na responsabilização técnica e financeira, promover maior integração operacional entre os consorciados e assegurar o cumprimento regular e tempestivo do contrato.

6.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7. RELAÇÃO DE ÍNDICES CONTÁBEIS

7.1. Declaro que concordo com a utilização desta Relação de Índices Contábeis exigidas para fins de qualificação econômico-financeira consoante Instrução Normativa nº 05/2017.

7.2. A Licitante deverá comprovar através do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, possuir **Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua PROPOSTA DE PREÇOS final**;

7.3. A Licitante deverá comprovar através do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, **16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da PROPOSTA de PREÇOS final apresentada**;

8. DOCUMENTOS LEGAIS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Qualificação Técnica e Técnico-Profissional:

8.1.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;

8.1.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.1.3. Apresentar Licença de Operação Ambiental emitido por órgão de Controle Ambiental, Estadual ou Municipal, do domicílio sede da licitante;

8.1.4. Apresentar comprovação de inscrição de CTF/APP no Ministério do Meio Ambiente dentro da validade.

8.1.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.1.6. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

8.1.7. Comprovação de que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação.

8.1.8. Comprovação da Capacitação Técnico-Operacional, através da apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior e prazos compatíveis

8.1.9. o objeto do edital. A licitante deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo descritos (correspondente a 50% das quantidades em planilha orçamentária), os quais se referem às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra, conforme tabela a baixo:

SERVIÇO	UND	QUANT.
• A proponente deverá comprovar através de Atestados de Capacidade Técnica ou Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de sua sede, ter executado serviços de maior relevância, tais como: Execução de revestimento de pavimento em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ);	TON	18.792,0
• A proponente deverá comprovar através de Atestados de Capacidade Técnica ou Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de sua sede, ter executado serviços de maior relevância, tais como: * 1) Mapeamento de solo com equipamento georadar ou similar para detecção de intecorrências;	DIA	15
* 2) Locação de rede com GPS;	DIA	15
* 3) Mapeamento por vídeo inspeção;	DIA	15
* 4) Limpeza e Desobstrução mecanizada de bueiros com diâmetro de até 1,00 M – Hidrojato;	M	2.500,0
• A proponente deverá comprovar através de Atestados de Capacidade Técnica ou Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de sua sede, ter executado serviços de maior relevância, tais como: Fornecimento e instalação de rede coletora de águas pluviais, em tubo de	M	3.710,0

concreto, diâmetro de 300mm a 1.500mm, junta rígida;		
• A proponente deverá comprovar através de Atestados de Capacidade Técnica ou Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente registradas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de sua sede, ter executado serviços de maior relevância, tais como: Execução de passeio (calçada) ou piso em concreto moldado <i>in loco</i> e/ou em piso intertravado.	M2	15.650,0

8.1.10. Os **atestados de capacidade técnica** poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.1.11. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.1.12. Os **atestados deverão** referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.1.13. **Não serão aceitos atestados técnicos** que tenham por objeto serviços executados exclusivamente em áreas de implantação de novos loteamentos ou condomínios residenciais fechados, por não refletirem a complexidade e as condições operacionais inerentes à execução de obras em vias públicas de áreas urbanas consolidadas. Estes serviços não apresentam nível de complexidade igual ou superior ao objeto apresentado.

Observações:

8.1.14. **Não será admitido somatório de atestados** para os serviços do quadro acima. A vedação ao somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional encontra respaldo legal e jurisprudencial, além de ser plenamente compatível com os princípios da eficiência, da economicidade e da segurança jurídica, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº14.133/2021.

8.1.15. O objetivo da exigência é assegurar que a licitante comprove experiência concreta, integrada e consolidada na execução de serviços em escala compatível com o objeto licitado, e não apenas por meio de participações pontuais ou atividades dissociadas em contratos menores ou com escopo limitado. Essa exigência visa garantir que a contratada disponha de capacidade técnica e organizacional para realizar todas as etapas do serviço de forma coordenada e eficiente;

8.1.16. Considerando a natureza dos serviços objeto desta contratação serviços essenciais à infraestrutura urbana, garantindo a manutenção viária, limpeza pública e gestão de resíduos, drenagem, conservação de prédios e equipamentos, além da preservação de áreas verdes -, não será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação quantitativa de um mesmo item exigido.

8.1.17. Essa vedação fundamenta-se na necessidade de assegurar que a empresa proponente detenha, isoladamente, experiência técnica comprovada na execução de cada serviço em escala compatível com a complexidade, continuidade e riscos envolvidos.

8.1.18. Assim, poderá ser apresentada mais de uma certidão/atestado para demonstrar o conjunto das exigências técnicas, mas, para cada item técnico específico, somente será aceita a comprovação por meio de um único atestado (sem somatório de quantitativos), que contemple, isoladamente, o quantitativo mínimo exigido.

8.1.19. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.1.20. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.2. Qualificação Técnico-Profissional:

Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região competente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) Engenheiro(s) Civil(is) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, a qual deverá demonstrar a correspondente Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, relativa à execução de serviços compatíveis com as parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo do objeto da contratação, a saber:

- 8.2.1.** O(s) Engenheiro(s) Civil(is) responsável(is) técnico(s) indicado(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução do serviço objeto do contrato, sendo admitida sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2.2.** Não serão admitidos atestados ou Certidões de Acervo Técnico – CAT vinculados a Engenheiro(s) Civil(is) que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, prescrição técnica ou qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
- 8.2.3.** A verificação das informações constantes das Certidões de Acervo Técnico – CAT, das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART e da regularidade profissional do(s) Engenheiro(s) Civil(is) indicado(s), por meio de consulta a sítios oficiais do CREA ou de outros órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação técnico-profissional

9. VISTORIA TÉCNICA

- 9.1.** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.
- 9.2.** Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 9.3.** Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 9.4.** O licitante que **OPTAR** por realizar **Visita Monitorada** aos locais de execução dos Serviços, a licitante deverá **agendar** junto a **SEZEL**, através do SEMMAVI, e-mail: deov@sesan.pmb.pa.gov.br. A Visita Monitorada deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer **até 5 (cinco) dias úteis ANTES da data de abertura do certame**.
- 9.5.** Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação conforme modelo anexo do termo de referência.
- 9.6.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10.	PRAZO,	LOCAL	E	CONDIÇÃO	DE	ENTREGA
-----	--------	-------	---	----------	----	---------

10.1. Os serviços somente serão realizados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS). A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até **15 (quinze) dias úteis** após emissão da Ordem de Serviço.

10.2. A critério da **CONTRATANTE**, o local de execução dos serviços poderá ser modificado.

10.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 (cinco) dias úteis** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

10.4. Recebimento e a aceitação dos objetos estarão condicionados após avaliação pelo responsável técnico da **CONTRATANTE**, sendo atestados, mediante avaliação técnica favorável;

10.5. A aceitação dos serviços ofertados está condicionada ao atendimento das especificações mínimas constantes deste Termo de Referência;

10.6. Os materiais a serem empregados serão **NOVOS e de PRIMEIRO USO** e que estejam na linha de produção atual do fabricante e, em perfeitas condições de uso, nos termos da legislação vigente.

11.	DA	EXECUÇÃO	CONTRATUAL
-----	----	----------	------------

11.1. O prazo para contratação de cada serviço será o estabelecido na Ordem de Serviço (OS).

11.2. Antes da emissão da OS, poderá solicitar que a **CONTRATADA** apresente uma proposta de Cronograma Físico-Financeiro (CFF), por etapas, do serviço. A partir da proposta apresentada, definirá a versão final do CFF para consolidação pela empresa.

11.3. A **CONTRATADA** deverá atender todas as demandas para a execução dos serviços, que serão solicitadas mediante a emissão de Ordens de Serviços acompanhadas dos demais documentos.

11.4. O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, contudo, considerando a natureza do serviço ou a impossibilidade de execução no período mencionado anteriormente, a pedido da **CONTRATADA**, para eventual cumprimento de prazo, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou no período noturno, mediante autorização da **CONTRATANTE**, a critério do Gestor/Fiscal, sem ônus para a Administração.

11.5. Os serviços somente serão realizados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS). Antes da emissão, a **CONTRATANTE** pode solicitar que a **CONTRATADA** analise a planilha orçamentária de serviços para conferência. Neste caso, a **CONTRATADA** tem o prazo de 3 (três) dias úteis para dar o retorno, manifestando-se quanto às sugestões de ajustes na planilha, que avaliará as possíveis sugestões, acatando-as ou não.

11.6. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada por funcionário designado para a fiscalização.

11.7. Todas as Ordens de Serviço terão assinatura do Ordenador de Despesas.

11.8. A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após aprovação do orçamento e emissão da Ordem de Serviço.

11.9. Todos os serviços deverão ser executados conforme as Normas Técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, em especial:

Administração Local

Finalidade: Garantir suporte técnico e administrativo à execução dos serviços.

Descrição: Disponibilização de equipe técnica (engenheiro, encarregado, técnico de segurança,

almoxarife, auxiliar), estrutura funcional (container, escritório, vestiário) e veículo de apoio (caminhonete 4x4).

Normas: ABNT NBR ISO 9001; NBR 16280.

Medição: Mensal, conforme disponibilidade efetiva da equipe e estrutura.

Serviços Preliminares

Finalidade: Preparar o canteiro de obras e garantir suporte técnico inicial.

Descrição: Instalação de placa de obra, locação de containers e equipe de topografia para locação e controle.

Normas: ABNT NBR 13532; NBR 6492.

Medição: Por unidade instalada ou equipe mobilizada.

Mobilização e Desmobilização

Finalidade: Garantir o início e encerramento das atividades com segurança e organização.

Descrição: Transporte, instalação e retirada de equipamentos, estruturas e pessoal.

Normas: ABNT NBR 12284.

Medição: Por evento (mobilização ou desmobilização).

Drenagem Profunda

Finalidade: Implantar sistemas de drenagem subterrânea para controle de alagamentos, promovendo maior eficiência na captação e condução das águas pluviais em áreas críticas.

Descrição: Escavações, preparo de fundo, instalação de estacas, estruturas de concreto, aterros, escoramentos, drenos e contenções; Execução de escavações para implantação de sistemas profundos; Preparo de fundo para assentamento de estruturas e tubulações; Instalação de estacas e elementos de fundação; Construção de estruturas de concreto para suporte e condução; Realização de aterros e compactações em áreas escavadas; Implantação de escoramentos para segurança das obras; Instalação de drenos subterrâneos e sistemas de contenção; Aplicação de técnicas de engenharia para estabilização do solo; Utilização de materiais resistentes à pressão e umidade do subsolo; Implementação de medidas preventivas contra infiltrações e colapsos; Monitoramento da integridade estrutural dos sistemas implantados.

Normas: ABNT NBR 6118; NBR 7187; NBR 12236.

Medição: Por metro linear, metro cúbico ou unidade conforme composição.

Revestimento Primário

Finalidade: Preparar o subleito para pavimentação provisória ou definitiva.

Descrição: Limpeza mecanizada, regularização e compactação de solo, execução de base e sub-base com solo laterítico; Limpeza mecanizada da área de implantação; Regularização do solo para nivelamento da plataforma; Compactação do subleito com equipamentos adequados; Execução de base e sub-base utilizando solo laterítico; Aplicação de técnicas para garantir resistência e durabilidade; Controle de umidade e densidade conforme especificações técnicas; Preparação para posterior aplicação de revestimento asfáltico ou intertravado.

Normas: ABNT NBR 7181; NBR 9781.

Medição: Por metro quadrado ou metro cúbico conforme etapa.

Recuperação de Canais

Finalidade: Reforçar estruturas de canais e taludes em concreto armado.

Descrição: Produção de concreto, montagem de formas e armações, execução de cortinas de contenção.; Produção de concreto com controle tecnológico adequado; Montagem de formas para moldagem das estruturas; Instalação de armações metálicas conforme projeto estrutural; Execução de cortinas de contenção em concreto armado; Reforço de taludes e paredes de canais com técnicas de engenharia estrutural; Aplicação de concreto em áreas críticas para evitar erosões e deslizamentos; Inspeção e recuperação de trechos danificados ou com risco estrutural; Utilização de equipamentos e materiais conforme normas técnicas; Garantia de aderência entre estruturas novas e existentes; Monitoramento da integridade das obras após execução.

Normas: ABNT NBR 6118; NBR 9062.

Medição: Por metro linear ou metro cúbico conforme estrutura.

Manutenção Viária e Sinalização

Finalidade: Recuperar e conservar pavimentos urbanos. Assim como garantir segurança viária durante e após as obras.

Descrição: Limpeza, demolição, tapa-buracos, remendos profundos, execução de base, sub-base, pintura de ligação e CBUQ; Mapeamentos e identificação dos pontos de intervenção, com análise periódica; Utilização de materiais conforme normas de pavimentação (CBUQ, pré-misturado, emulsões asfálticas); Compactação adequada para nivelamento da superfície; Implementação de sinalização provisória durante os reparos; Retirada e transporte do entulho gerado pelos serviços, utilizando equipamentos apropriados; Implementação de sinalização horizontal e vertical conforme padrões técnicos. Implantação de sinalização provisória (cones, fitas, iluminação) e vertical (placas metálicas retrorrefletivas); Instalação de sinalização viária conforme padrões técnicos.

Normas: ABNT NBR 12273; 15405; DNIT 006/2003; 100/2009; CTB

Medição: Por metro quadrado, metro cúbico ou tonelada conforme serviço. Sinalização por unidade implantada ou diária de uso.

Limpeza Urbana e Gestão de Resíduos

Finalidade: Manter a higiene urbana e controlar resíduos sólidos.

Descrição: Varrição, roçagem, desmatamento, coleta manual de entulhos e transporte para bota-fora; Coleta e descarte de resíduos conforme regulamentação ambiental; Varrição mecânica e manual de vias públicas e espaços urbanos; Roçagem; Higienização de áreas de grande circulação; Utilização de equipamentos modernos e adequados para cada tipo de limpeza.

Normas: ABNT NBR 10004; NBR 13463.

Medição: Por metro quadrado, metro cúbico ou unidade conforme serviço.

Drenagem Urbana e Controle de Enchentes

Finalidade: Manter e ampliar a capacidade de escoamento pluvial.

Descrição: Mapeamento com georadar, vídeo inspeção, limpeza de dispositivos, instalação de tubos, PVs, bocas de lobo e sistemas de monitoramento; Inspeção e desobstrução de galerias pluviais, bueiros e boca de lobo; Utilização de equipamentos modernos para desobstrução de sistemas de drenagem; Reparo estrutural de sistemas de drenagem e eliminação de vazamentos; Assentamento e/ou substituição de tubos e tampas; Aplicação de materiais resistentes às condições ambientais; Implementação de medidas preventivas para minimizar alagamentos; Monitoramento de entupimentos em sistemas de drenagem; Uso de drones para controle e acompanhamento dos serviços; Uso de georadar e vídeo inspeção para identificação das obstruções; Remoção e transporte de entulho gerado pela manutenção.

Normas: ABNT NBR 15645; NBR 12236.

Medição: Por metro linear, unidade ou composição conforme item.

Manutenção de Espaços Públicos

Finalidade: Recuperar e conservar calçadas, pisos, guias, sarjetas e equipamentos urbanos.

Descrição: Execução de calçadas em concreto e intertravado, piso podotátil, rampas de acessibilidade, pintura e acabamento; Manutenção de calçadas e passeios, seguindo normas de acessibilidade; Instalação de sinalização viária conforme padrões técnicos; Uso de materiais sustentáveis e de baixo impacto ambiental.

Normas: ABNT NBR 9050; NBR 5674.

Medição: Por metro quadrado, metro linear ou unidade conforme serviço.

Meio Ambiente e Áreas Verdes

Finalidade: Preservar áreas verdes e garantir drenagem natural; Adoção de práticas sustentáveis na execução dos serviços; Gestão responsável de resíduos e materiais contaminantes; Proteção de áreas verdes e incentivo à arborização urbana; Plantio de gramas, mudas ornamentais e frutíferas; Dragagem de canais e igarapés para manutenção da drenagem natural.

Descrição: Limpeza manual de material retido, limpeza de sarjetas e dragagem com escavadeira.

Normas: ABNT NBR 10004; NBR 13231.

Medição: Por metro cúbico ou área conforme serviço.

11.9. A FISCALIZAÇÃO poderá autorizar o emprego de materiais ou equipamentos que apresentem a mesma qualidade técnica, desempenham idêntica função construtiva e as mesmas especificações exigidas dos materiais ou equipamentos especificados. Ou seja, o material ou equipamento deverá ser análogo ou equivalente totalmente ao originalmente especificado. Porém, a FISCALIZAÇÃO poderá exigir de qualquer material empregado no serviço tenha o “Certificado de Conformidade”, expedido pelo INMETRO e o teste ou ensaio normalizado pela ABNT.

11.10. Deverão ser apresentadas amostras do material análogo, similar ou equivalente para aprovação.

11.11. Qualquer paralisação deve ser comunicada de imediato ao Fiscal de Contrato, assim como apresentados os motivos por escrito.

11.12. A CONTRATADA providenciará a contratação de todo o seu pessoal necessário, bem como o cumprimento às leis trabalhistas e previdenciárias e à legislação vigente sobre saúde, higiene e segurança do trabalho. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por: quaisquer acidentes de trabalho na execução das obras e serviços contratados; uso indevido de patentes registradas, resultantes de caso fortuito ou qualquer outro motivo; bem como a destruição ou danificação da obra em construção, até a definitiva aceitação dos serviços e obras contratados.

12.	DA	GARANTIA	DOS	SERVIÇOS
-----	----	----------	-----	----------

12.1. A empresa vencedora da licitação, será responsável pela garantia dos serviços executados, até que estes sejam recebidos definitivamente pela SEZEL, conforme disposto no Art. 140 da Lei nº. 14.133/21 de 01 de abril de 2021 e suas alterações e deverá declarar explicitamente a garantia de 05 (cinco) anos pela solidez dos serviços, nos termos do art. 618 do Código Civil.

13.	DA	GARANTIA	DA	CONTRATAÇÃO
-----	----	----------	----	-------------

13.1. Em razão da complexidade do objeto contratado, a CONTRATANTE exigirá da CONTRATADA, no ato da assinatura do Contrato, a apresentação de Garantia pela execução das obrigações assumidas, correspondente a 3% (três por cento) do valor estimado do Contrato, com base no art. 96 e seguintes da Lei Federal na 14.133/2021, cabendo à mesma optar por uma das seguintes modalidades de Garantia:

- a) Fiança Bancária;
- b) Seguro Garantia;
- c) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

13.2. A Garantia será restituída automaticamente ou por solicitação da CONTRATADA, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive, eventual recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados a Administração Pública Municipal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

13.3. A Garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.4. O contrato oferecerá o detalhamento das regras pertinentes à garantia da contratação, inclusive no que diz respeito à garantia adicional, prevista no art. 59, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO**RECEBIMENTO**

14.1. O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão por comissão ou servidor responsável, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

a) Provisoriamente: para posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações contidas no Termo de Referência, mediante a emissão do termo de Recebimento Provisório;

a.1) Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

a.2) Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada;

a.3) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

a.4) O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

a.5) O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

a.6) O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

a.7) O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;

a.8) O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

a.9) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a.10) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

b) Recebimento Definitivo.

b.1) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

b.2) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

b.3) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela

fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

b.4) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

b.5) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

b.6) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

15. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

15.1. Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições de uso e aplicabilidade, conforme as propostas apresentadas e especificações, no prazo e locais indicados pelo Termo de Referência, em estrita observância das especificações dispostas neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva fatura (Nota Fiscal), constando detalhadamente as especificações técnicas (lote, validade, descritivo, contendo o nome genérico ou fórmula) valor unitário e total dos serviços ofertados;

15.2. Colocar à disposição da **CONTRATANTE** os meios necessários à comprovação da qualidade dos serviços ofertados, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito no **Anexo I-A**;

15.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração inerentes ao objeto da presente aquisição;

15.4. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s) serviço(s) ofertado(s), dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor;

15.5. Assumir todo o ônus e responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributária(s);

15.6. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pela

CONTRATANTE, sem prévia autorização;

15.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, ou pelo órgão participante, durante a vigência do Contrato;

15.8. Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** de antecedência que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.9. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

15.11. Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos objetos em até **25% (vinte e cinco por cento)**, nos termos do § 1º do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.12. A **CONTRATADA** deverá dispor, no momento da assinatura do Contrato, de representação na Região Metropolitana de Belém/PA, informando o responsável, endereço e telefone fixo ou celular para atender a quaisquer necessidades da **SEZEL/PMB**, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer no Contrato de prestação de serviços, comprometendo-se a mantê-la durante toda a sua vigência contratual, a

fim de realizar a eficaz supervisão e execução do Contrato.

15.13. A empresa contratada deve garantir a execução eficiente dos serviços por meio da disponibilização dos recursos conforme previsão na planilha orçamentária, a qual contempla equipamentos e materiais.

15.14. Materiais certificados: asfalto CBUQ, brita, concreto estrutural, tintas de sinalização viária e tubulações específicas para drenagem e infraestrutura urbana.

15.15. Mão de Obra Qualificada

15.16. Profissionais treinados e capacitados conforme exigências técnicas e normas de segurança. Engenheiros, operadores de máquinas, técnicos em infraestrutura e equipes de conservação.

15.17. Procedimentos Operacionais

15.18. Aplicação de processos padronizados para garantir eficiência, segurança e durabilidade dos resultados.

16.	DAS	RESPONSABILIDADES	DA	CONTRATANTE
-----	-----	-------------------	----	-------------

São obrigações da **CONTRATANTE**:

16.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital;

16.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.3. Receber o(s) serviço(s) no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e edital;

16.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que não atendam as especificações deste Termo de Referência;

16.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.6. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da **CONTRATADA**, observando ainda os prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

16.7. Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência a serem recebidos;

16.8. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

16.9. Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou substituições dos objetos que compõem o objeto deste Termo de Referência.

16.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.	DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO
-----	---

17.1. Após adjudicada e homologada a licitação, a **CONTRATANTE** convocará a licitante vencedora para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, dentro do prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções constantes neste Termo de Referência e do previsto no art. 90, § 5º, arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. É facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular na assinatura do Contrato ou se recusar a assinar o referido documento, no prazo e condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de suas propostas, ou conforme negociação, podendo ainda, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

18. DA NOTA DE EMPENHO

18.1. O prazo para recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

18.2. A emissão da Nota de Empenho está condicionada à verificação da regularidade da habilitação parcial do licitante vencedor no **SICAF**.

19. DAS CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

19.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

19.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 19.3.1. A data da emissão;
- 19.3.2. Os dados do Contrato e do **ÓRGÃO CONTRATANTE**;
- 19.3.3. O período respectivo de execução do Contrato;
- 19.3.4. O valor a pagar; e
- 19.3.5. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;

19.5. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta **“on-line”** ao **SICAF** ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.6. A Administração deverá realizar consulta ao **SICAF** para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

19.7. Constatando-se, junto ao **SICAF**, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**,

regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação junto ao **SICAF**.

19.10. O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

19.11. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** subsequentes ao recebimento definitivo, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

19.12. O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos serviços e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

19.13. Será procedida consulta "**On-Line**" junto ao **SICAF** antes de cada pagamento a ser efetuado a **CONTRATADA**, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do **FGTS**, da Previdência Social e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo constado na solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

19.14. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de **6% a.a.** (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

19.15. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de **0,5%** (meio por cento) ao mês, ou **6%** (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual - 6% /

Ano VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

19.16. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na **CONTRATANTE**, em favor da **CONTRATADA**. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

19.17. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de **30 (trinta) dias** reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

20. FONTE DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO

20.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços serão arcadas através das dotações orçamentárias próprias, indicadas antes da formalização do(s) Contrato(s), conforme previsões/suplementações no Orçamento da **CONTRATANTE**.

21. VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

21.1. A vigência da contratação firmada será de 18 (dezoito) meses, estabelecida conforme a especificidade dos serviços e a necessidade de atendimento à garantia dos serviços adquiridos, podendo ser prorrogada, mediante justificativa técnica e administrativa, até o prazo máximo de 10 (dez) anos, desde que comprovada a vantajosidade dos preços e mantidas as condições originalmente pactuadas, em observância às necessidades de atendimento da garantia do objeto contratado, nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

21.2. O prazo de execução dos serviços será definido no momento da assinatura de cada contrato ou instrumento equivalente, mediante a apresentação e aprovação do respectivo Cronograma Físico ou Cronograma Físico-Financeiro, considerando a natureza, a complexidade, o volume dos serviços demandados e a respectiva Ordem de Serviço, uma vez que a presente contratação decorre de Sistema de Registro de Preços – SRP, caracterizado por contratações futuras, eventuais e sob demanda.

22. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

22.1. Nos termos do art. 104, inciso III cominado com o artigo Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 107.810/2023-PMB, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

22.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;

22.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

23. DO REAJUSTE

23.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses, a contar de 01/08/2025 (data do orçamento estimado do TR original).

23.1.1. Dentro do prazo de vigência do Contrato e mediante solicitação da

CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **INCC - Índice Nacional de Custo da Construção**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

23.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

23.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

23.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

23.8. Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível a **CONTRATADA**.

24. DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

24.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

24.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

24.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

24.5. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024)

25. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

25.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do

Contrato.

26. ADESÃO POR TERCEIROS (“CARONA”)

26.1. Poderão aderir à Ata de Registro de Preços decorrente desta contratação outros órgãos ou entidades da Administração Pública, pertencentes ou não ao Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023.

26.2. A adesão será permitida:

- até o limite de **50%** do quantitativo registrado por item, por cada órgão ou entidade aderente;
- e o total das adesões não poderá exceder o dobro dos quantitativos registrados na ata original.

26.3. Para que a adesão seja efetivada, o órgão ou entidade não participante deverá:

- apresentar justificativa de vantajosidade da adesão;
- comprovar a compatibilidade dos preços com o mercado vigente;
- obter o anuente expresso do órgão gerenciador e do fornecedor detentor da ata.

26.4. O fornecedor ficará obrigado a atender às adesões, desde que observados os quantitativos máximos definidos e que a execução se mantenha viável dentro da sua capacidade operacional.

26.5. A adesão será formalizada por meio de instrumento específico, conforme legislação aplicável.

26.6. O órgão gerenciador manterá o controle dos quantitativos registrados e aderidos, podendo recusar solicitações de adesão caso comprometam o atendimento ao próprio órgão gerenciador ou estejam em desconformidade com os limites legais.

27. DAS PENALIDADES

27.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

27.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

27.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

27.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

27.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

27.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

27.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

27.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

27.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

27.1.6. Fraudar a licitação; Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

27.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

27.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

27.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

27.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

27.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia

defesa, aplicar ao(s) licitante(s) e/ou adjudicatário(s) as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

27.2.1. **Advertência;**

27.2.2. **Multa;**

27.2.3. **Impedimento de licitar e contratar; e**

27.2.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

27.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

27.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

27.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

27.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

27.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

27.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

27.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **5% (cinco por cento)** incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial:

27.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 27.1.1, 27.1.2 e 27.1.3**, a multa será de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **2% (dois por cento)** do valor do Contrato licitado.

27.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 27.1.5, 27.1.6, 27.1.7, 27.1.8 e 27.1.9**, a multa será de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato licitado.

27.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

27.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

27.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 27.1.1, 27.1.2 e 27.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

27.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 27.1.5, 27.1.6, 27.1.7, 27.1.8 e 27.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 27.1.1, 27.1.2 e 27.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

27.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 27.1.3 e 27.1.4**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por **2 (dois) ou mais servidores estáveis**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação,

apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

27.10. Caberá recurso no prazo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

27.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento.

27.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

27.13. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Belém/PA, 18 de fevereiro de 2026.



Documento assinado digitalmente

FERNANDO ASSUNCAO CAMARINHA

Data: 19/02/2026 10:01:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fernando Assunção Camarinha
Secretário Adjunto - SEMMVI/SEZEL-PMB
Matrícula nº 0623415-020

Aprovo o Termo de Referência.

Cleidson Ferreira Chaves
Secretário Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana
Ordenador de Despesas